

Professora contratada no ano letivo 2010/2011, na Escola Básica 2,3 de Aranguês em Setúbal para exercer funções de professora de Matemática a uma turma de 5.º ano e duas turmas de 6.º ano.

Professora contratada no ano letivo 2004/2005, entre janeiro e março de 2005, na área curricular de Matemática do 5/6.º ano (turma de currículos alternativos), 6.º ano e na área curricular de Ciências da Natureza do 5/6.º ano (turma de currículos alternativos), na EB 2,3 Jacinto Correia em Lagoa.

Professora contratada no ano letivo 2003/2004, entre maio e agosto de 2004, na EB1/J/I do Montijo.

Funções de Formadora no Instituto do Emprego e Formação Profissional, nomeadamente nos

Centros de Formação Profissional de Beja, Lisboa e Setúbal.

310935538

Despacho n.º 10752/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete a licenciada Sónia Alexandra Viçoso Cunha Brás, técnica superior do mapa de pessoal do Município de Torres Vedras.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções na área da gestão e administração de entidades públicas e autárquicas.

3 — O estatuto remuneratório da designada é equiparado ao de adjunto, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 21 de outubro de 2017 até dia 1 de janeiro de 2018.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

14 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota curricular

Nome: Sónia Alexandra Viçoso Cunha Brás.

Data e local de nascimento: 27 de janeiro de 1975, Torres Vedras.

Habilitações e atividade académica:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, Especialização em Administração Urbana e Municipal, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1998);

Frequência da Especialização em Gestão de Recursos Humanos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (2000);

Pós-graduação em Gestão de Entidades Públicas e Autárquicas pelo INDEG/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2005).

Percurso Profissional:

Desde 14 de março de 2016, Técnica Especialista no gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais do XXI Governo Constitucional;

De 29 de novembro de 2006 a 13 de março de 2016, técnica superior na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Torres Vedras;

De 15 de outubro de 2001 a 28 de novembro de 2006, técnica superior na Secretaria de Estado da Administração Local (Equipa Técnica do Programa FORAL);

De 2 de fevereiro a 7 de outubro de 2001, técnica profissional na Área de Comunicação, do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

De 1 a 31 de janeiro de 2001, Assistente da Direção Administrativa e Financeira do Grupo CCC (Transportes Urbanos, *Subcontrat* Trabalho Temporário, L.ª, *Subcontrat* — Serviços, L.ª, e *Planlog*);

De 1 de junho de 1999 a 30 de novembro de 2000, técnica na Divisão de Ação Social e Cultura, Setor da Cultura, da Câmara Municipal de Torres Vedras, ao abrigo de um contrato misto de formação e acordo de atividade ocupacional celebrado no âmbito do Despacho Conjunto n.º 449/98, *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de julho, entre a Secretaria de Estado do Emprego e a Secretaria do Estado de Turismo;

Entre maio e outubro de 1998, estagiou na Divisão de Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Torres Vedras, com consequente

elaboração do respetivo relatório “*O Ordenamento do Território e a Gestão Urbanística no Município de Torres Vedras*”.

Atividades complementares:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação nas áreas da administração pública, da administração local, da formação profissional na administração pública, da legislação do trabalho em funções públicas, do Fundo Social Europeu, dos Quadros Comunitários de Apoio e Quadros de Referência Estratégica Nacional;

Possui Certificado de Aptidão Profissional de Formador n.º EDF 435995/2007 DL (fevereiro de 2007) e para aplicação do método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências (INA junho de 2009).

Cargos e outras funções relevantes:

De novembro de 2016 a outubro de 2017, foi representante do Ministro Adjunto no Grupo de Trabalho para a elaboração de uma estratégia integrada para a promoção da Alimentação Saudável;

De julho de 2016 a outubro de 2017, foi representante do Ministro Adjunto na Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança;

Desde janeiro de 2013 é 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Creche do Povo — Jardim de Infância, IPSS, sediada em Torres Vedras;

De janeiro de 2007 a dezembro de 2010, foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da mesma instituição;

De 19 de setembro de 2005 a 28 de novembro de 2006, foi membro suplente do júri do concurso anual de boas práticas de formação para a administração local, em representação do Núcleo de Coordenação do Programa FORAL;

Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2006, foi relatora do Conselho Fiscal da Transforma — AC, associação cultural sem fins lucrativos, sediada em Torres Vedras.

310935935

Despacho n.º 10753/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro designo para exercer as funções de Secretária Pessoal do meu Gabinete, Patrícia Filipa Moura Morais dos Reis, Técnica Superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 21 de outubro de 2017.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

14 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota curricular

1 — Nome: Patrícia Filipa Moura Morais dos Reis

2 — Data de Nascimento: 18 de julho de 1980

3 — Naturalidade: Lisboa

4 — Formação Académica: Licenciatura em Relações Públicas e Publicidade pelo Instituto Superior de Novas Profissões, em 2004

5 — Experiencia profissional:

a) Entre novembro de 2015 e outubro de 2017, Secretária Pessoal do gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais do XXI Governo Constitucional;

b) De 30 de outubro a 26 de novembro, Secretária Pessoal do gabinete do Secretário de Estado da Administração Local do XX Governo Constitucional;

c) Entre agosto e outubro de 2015, Técnica Superior na Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros, na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;

d) Entre agosto de 2014 e julho de 2015, Técnica Superior na Divisão de Informação e Relações Públicas, na Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;

e) Entre outubro de 2012 e agosto de 2014, Técnica Superior na Divisão de Relações Públicas e Apoio ao Conselho de Ministros, na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;

f) Entre fevereiro de 2007 e outubro de 2012, Técnica Superior — Divisão de Informação e Relações Públicas, no Instituto de Ação Social das Forças Armadas;

g) Entre novembro de 1999 a fevereiro de 2007, Administrativa, no Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico, no Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

310935643

Despacho n.º 10754/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro designo para exercer as funções de Motorista do meu Gabinete, Jorge Manuel Pereira Antunes, Assistente Operacional do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, do Ministério da Agricultura e do Mar.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 21 de outubro de 2017.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

14 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota curricular

Formação Académica: 9.º ano de escolaridade, no IEFP, Centro de Formação Profissional para o Setor Terciário de Lisboa, Centro de Novas Oportunidades em 2011.

Percurso Profissional:

Motorista do gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais do XXI Governo Constitucional (entre novembro de 2015 e outubro de 2017)

Motorista no Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Outubro 2015/até à presente data)

Motorista no Gabinete do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa (Janeiro 2015/Outubro 2015)

Motorista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local (Abril 2013/Dezembro 2014)

Motorista na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (Setembro 2012 a Abril 2013)

Motorista na EMEPC Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (2011/2012)

Motorista em gabinetes governamentais no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros (1999/2000)

Auxiliar Administrativo na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente (1997/1999) Guarda Noturno do quadro da escola Básica 2 + 3 de São Julião (1994/1997)

310935684

Despacho n.º 10755/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro designo para exercer as funções de Secretária Pessoal do meu Gabinete, Ana Cristina Nogueira Alfaro Pereira, assistente técnica da Santa Casa da Misericórdia.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 21 de outubro de 2017.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

14 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

Nota curricular

Ana Cristina Nogueira Alfaro Pereira

Data de Nascimento: 04 de março de 1973

Naturalidade: Moçambique

Formação Académica: Curso Técnico de Secretariado e Assessoria de Direção (2003)

Experiência profissional

2015-2017 | Secretária Pessoal no Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais do XXI Governo Constitucional

2013-2015 | Secretária Pessoal na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2011-2013 | Assistente Técnica da Direção de Recursos Humanos na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2009-2011 | Secretária Pessoal no Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional — Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

2005-2009 | Secretária Pessoal no Gabinete da Ministra da Cultura — Ministério da Cultura

2002-2005 | Secretária Pessoal no Gabinete do Diretor da Aldeia de Santa Isabel — Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

2000-2002 | Secretária Pessoal no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros 1996-2000 | Secretária Pessoal do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, na Assembleia da República e Expo'98

1991-1993 | Secretária Pessoal da Diretora do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu do Ministério do Trabalho

310935505

Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana**Despacho n.º 10756/2017**

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nos termos do ponto I da Deliberação n.º 1400/2014, de 15 de maio de 2014, do Conselho de Direção dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 7 de julho de 2014, subdelego no Vice-Presidente do Conselho de Direção, Coronel de Infantaria Arménio Timóteo Pedroso, com a faculdade de subdelegar, total ou parcialmente, nos chefes de repartição, as competências que abaixo se individualizam e discriminam:

1 — Em matéria de gestão de pessoal:

a) Decidir da abertura dos concursos para provimento dos lugares de pessoal civil, nas diferentes modalidades, previstos nos mapas de pessoal aprovados, a nomeação dos júris respetivos e a nomeação provisória e definitiva dos candidatos, bem como a outorga dos respetivos contratos, de acordo com a legislação aplicável;

b) Decidir sobre a colocação nos vários serviços e dependências, do pessoal civil e militar que presta serviço nos Serviços Sociais, a rescisão dos respetivos contratos, bem como a exoneração de funções, a requerimento dos interessados ou por iniciativa dos serviços;

c) A homologação das notações periódicas e promoção do pessoal civil, nos termos da lei aplicável e dentro dos limites previstos na respetiva dotação orçamental e proceder à homologação das notas de avaliação de desempenho dos trabalhadores civis, de acordo com o disposto no artigo 71.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;

d) Presidir ao Conselho Coordenador da Avaliação e executar todas as competências que lhe estão incumbidas nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;

e) Decidir sobre o abono de vencimento de exercício perdido, previsto no n.º 2 e n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; autorizar a prestação de trabalho suplementar em dias de descanso semanal, complementar e feriadados, nos termos da legislação em vigor; aprovar planos de férias e autorizar as respetivas alterações, dentro dos limites legais;

f) Decidir sobre os processos instruídos sobre acidentes que se alegue terem ocorrido em ocasião e por motivo de serviço ou doenças que deste ocorram.

2 — Em matéria de administração financeira e patrimonial:

a) Autorizar as despesas que hajam de efetuar-se com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens até ao limite de € 150 000, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do mesmo diploma legal;

b) Autorizar as despesas que hajam de efetuar-se com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens devidamente discriminadas, incluídas em planos de atividades que tenham sido objeto de aprovação ministerial, até ao limite de € 225 000, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do mesmo diploma legal;

c) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais, legalmente aprovados, até ao montante de € 300 000, nos termos da alínea b) do n.º 3, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99,